

Gestão de riscos e gestão de custos em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul - RS

Roberto De Gregori (UFSM/UDESSM) - robertodegregori@unipampa.edu.br

Silvia Amélia Mendonça Flores (UNIPAMPA) - sisimflores@yahoo.com.br

Resumo:

O cooperativismo é um tema relevante, que busca firmar laços de cooperação e fortalecer o capital humano. Assim, o presente estudo buscou verificar como se apresenta a gestão de riscos e a gestão de custos nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa descritiva, onde foram coletados dados qualitativos e quantitativos. A população escolhida compreendeu as cooperativas cadastradas junto a FECOAGRO. Sendo assim, as cooperativas que responderam a pesquisa, formaram a amostra intencional que foi estudada. Através dos resultados obtidos foi possível detectar que em relação a gestão de riscos, as cooperativas ainda demonstram um comportamento conservador, pois em algumas situações deixam de investir ou incentivar a produção devido aos riscos incorridos nas transações, principalmente financeiras. Além disso, não apresentam nenhum controle específico para os riscos do negócio, ou seja, a gestão de riscos ainda não é trabalhada com ênfase pelas cooperativas agropecuárias. Já, analisando a gestão de custos, nota-se uma postura mais ativa. Verificou-se que as cooperativas utilizam controles de custo, métodos de custeio e controles gerenciais, que auxiliam na tomada de decisão do administrador. As cooperativas mostraram-se cientes da importância do controle de custos para a gestão, o que representa um aspecto bastante positivo.

Palavras-chave: *Gestão de riscos. Gestão de custos. Cooperativas agropecuárias.*

Área temática: *Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios*

Gestão de riscos e gestão de custos em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul – RS

Resumo

O cooperativismo é um tema relevante, que busca firmar laços de cooperação e fortalecer o capital humano. Assim, o presente estudo buscou verificar como se apresenta a gestão de riscos e a gestão de custos nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa descritiva, onde foram coletados dados qualitativos e quantitativos. A população escolhida compreendeu as cooperativas cadastradas junto a FECOAGRO. Sendo assim, as cooperativas que responderam a pesquisa, formaram a amostra intencional que foi estudada. Através dos resultados obtidos foi possível detectar que em relação a gestão de riscos, as cooperativas ainda demonstram um comportamento conservador, pois em algumas situações deixam de investir ou incentivar a produção devido aos riscos incorridos nas transações, principalmente financeiras. Além disso, não apresentam nenhum controle específico para os riscos do negócio, ou seja, a gestão de riscos ainda não é trabalhada com ênfase pelas cooperativas agropecuárias. Já, analisando a gestão de custos, nota-se uma postura mais ativa. Verificou-se que as cooperativas utilizam controles de custo, métodos de custeio e controles gerenciais, que auxiliam na tomada de decisão do administrador. As cooperativas mostraram-se cientes da importância do controle de custos para a gestão, o que representa um aspecto bastante positivo.

Palavras – chave: Gestão de riscos. Gestão de custos. Cooperativas Agropecuárias.

Área Temática: Gestão de Custos nas Empresas Agropecuárias e Agronegócios

1 Introdução

O ambiente competitivo, os riscos e incertezas do cenário empresarial e as constantes mudanças do sistema econômico podem intervir na estrutura cooperativista. As cooperativas são organizações com personalidade jurídica própria, e que apresentam características específicas. O cooperativismo brasileiro é regido atualmente pela lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Desde então, este sistema vem se desenvolvendo cada vez mais, demonstrando uma participação efetiva na economia nacional. Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP (2010), o sistema cooperativista foi responsável por 5,39% do produto interno bruto (PIB) no ano de 2009 e obteve um faturamento de R\$ 88,5 bilhões.

Em relação à participação social, os dados mostram que as cooperativas brasileiras empregam diretamente 274.190 brasileiros. O número de cooperados também é representativo, compreendendo 8.252.410 brasileiros (SESCOOP, 2010). É importante ressaltar que durante a crise econômica que ocorreu no ano de 2009, as cooperativas realizaram algumas retrações em sua estrutura. No entanto, conseguiram superar a crise, apresentando resultados positivos. Segundo Perius (2010, p. 12) “o cooperativismo é uma excelente resposta às crises e se afirma em períodos de dificuldades econômicas, pois nasce das necessidades humanas. Se um setor tem fraquezas ele se une para sobreviver, ou seja, forma cooperativas”.

Neste entendimento, nota-se que as cooperativas representam um volume significativo em nossa economia, tanto financeiramente como socialmente, atuando como atores no

desenvolvimento, a partir da geração de emprego e renda. Nantes e Scarpelli (2008) afirmam que a mais significativa forma de ação coletiva é o cooperativismo. Porém, para alcançar a eficiência na gestão e proporcionar benefícios aos associados, as cooperativas precisam desenvolver uma estrutura adequada, capaz de encontrar o equilíbrio necessário entre os aspectos econômicos e os aspectos sociais.

Dentro desta perspectiva, os administradores das cooperativas devem estar atentos, evitando problemas no negócio. Segundo os estudos de Bialoskorski Neto (2008), as cooperativas vivem um momento de reflexão gerencial e uma crise ideológica. Essa reflexão gerencial é consequência da necessidade que as cooperativas têm de manter uma rentabilidade positiva dentro de uma economia capitalista. Por outro lado, a crise ideológica é resultado da supremacia dos valores capitalistas sobre os valores cooperativos. Nesta perspectiva, por serem organizações não lucrativas, as sociedades cooperativas podem desenvolver estruturas pesadas, que dificultam sua administração e podem resultar em erros gerenciais.

Por tudo isto, as cooperativas precisam desenvolver uma gestão capacitada, onde os custos e os riscos do negócio sejam controlados, evitando os problemas que foram mencionados anteriormente. Para tanto, o presente estudo buscou realizar uma análise da gestão de riscos e da gestão de custos nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, a fim de conhecer a sua estrutura, apontando as suas principais características.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Cooperativismo

De acordo com Gimenes e Gimenes (2007), a palavra cooperativismo, etimologicamente, deriva do verbo latino *cooperari*, que significa a capacidade de operar junto a alguém. Assim, as associações que são formadas, operam em sincronia, tendo como objetivo a resolução dos problemas através da cooperação.

O cooperativismo tem uma história bastante antiga. Segundo Pereira (1995) as raízes do cooperativismo podem ser encontradas na antiguidade, com alguns povos como os babilônicos, gregos e romanos, que apresentaram características de cooperação. No entanto, a história do cooperativismo só se concretizou anos mais tarde, tendo como principal influência a Revolução Industrial. Conforme Álveres (2007) o capitalismo ganancioso, os altos preços e a exploração das jornadas de trabalho advindos da revolução industrial, foram aspectos que influenciaram os trabalhadores na criação de cooperativas. Neste entendimento, o marco do cooperativismo moderno aconteceu em 1844, quando tecelões do bairro de Rochdale, na Inglaterra, constituíram uma cooperativa de consumo (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Neste sentido, a iniciativa dos pioneiros de Rochdale influenciou o sistema cooperativista e o estabelecimento dos seus princípios doutrinários. Bialoskorski Neto (2008) diz que a base doutrinária dos pioneiros orienta as organizações cooperativas até os dias de hoje, sendo responsabilidade da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) a propagação e estabelecimento destes princípios. Desta forma, a ACI, criada em 1895, é considerada o órgão máximo do movimento cooperativista mundial.

Tendo em vista a importância que o cooperativismo vem alcançando atualmente, é necessário entender primeiramente a definição das cooperativas observando as peculiaridades de sua gestão. Conforme os estudos de Crúzio (2000), as organizações cooperativas nunca estiveram em tanta evidência. O autor comenta que esta expansão está ligada a capacidade que as cooperativas têm em gerar resultados econômicos, oferecendo benefícios aos associados. Apesar disso, a sociedade ainda possui dificuldades em definir uma cooperativa e suas principais diferenças em relação a uma empresa de capital.

Nesta concepção, Zylbersztajn (2002) conceitua as cooperativas como arranjos institucionais, criados para compartilhar seus princípios doutrinários, participando em

diversos setores econômicos. Sena (2009) complementa dizendo, que a cooperativa é a união de pessoas voltadas para um objetivo comum, organizada de forma democrática e com contribuições econômicas.

Em relação à estrutura organizacional das cooperativas, observamos que a mesma está alicerçada em três pilares: a Assembléia Geral, o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal. A Assembléia Geral é o órgão supremo da cooperativa, formado por associados e possuindo diversas atribuições. Na Assembléia Geral é que são tomadas as principais decisões de gestão, principalmente no que se refere ao que produzir e comercializar, que serviços oferecer e como financiar as atividades. Dentro da Assembléia Geral realizam-se dois tipos de reuniões: a Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária. Já, o Conselho de Administração é o órgão que gerencia a cooperativa, sendo formado exclusivamente de associados. O Conselho de Administração é composto por um presidente, um vice-presidente e um secretário, além dos demais membros (associados). Por fim, o Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e três suplentes, eleitos anualmente na Assembléia Geral. A principal atribuição do Conselho é exercer fiscalização assídua sobre as atividades, examinando livros, contas e documentos das cooperativas (CRÚZIO, 2000; TURRA, SANTOS e COLTURATO, 2002).

2.2 Gestão de Riscos

Conforme Padoveze e Bertolucci (2008), o ambiente em que as empresas estão inseridas passa por mudanças cada vez mais frequentes, que exigem uma tomada de decisão rápida e eficiente dos gestores. Neste entendimento, a administração dos riscos pode ser uma ferramenta de maximização de oportunidades. Bernstein (1997) ressalta que o domínio do risco pode ser considerado uma idéia revolucionária, capaz de guiar decisões em um ambiente volátil e transpor a fronteira das incertezas.

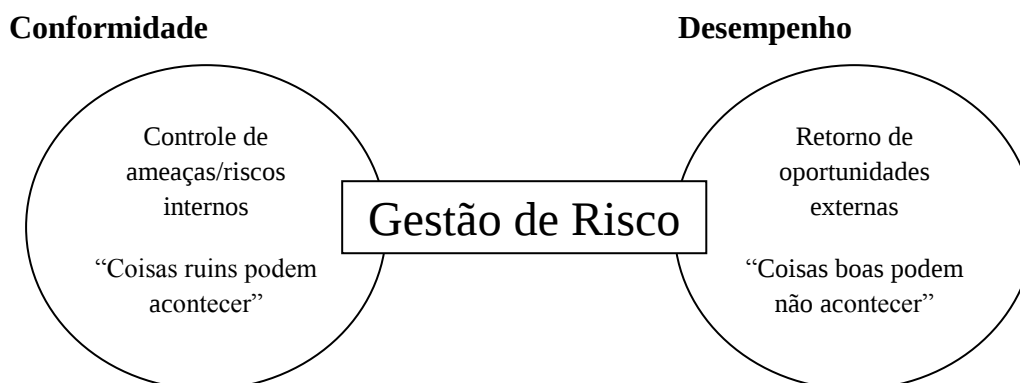
Desta forma, vários autores tentam conceituar o risco, que na maioria das vezes é considerado um aspecto negativo. Para Ellis (2000) quando estamos diante de alguma situação e não sabemos o que vai acontecer, enfrentamos um risco. Kritzman (2000) defende que o surgimento do risco acontece através de dados incompletos e conhecimentos imperfeitos, gerando graus de incerteza. Já, alguns autores, conceituam o risco a partir de elementos financeiros, como os fluxos de caixa e o retorno do investimento. Assim, Marchetti (1995, p. 26) define “risco como variabilidade do retorno, ou instabilidade dos possíveis retornos de um investimento”. Neste sentido, Padoveze e Bertolucci (2008) relatam que alguns autores optam por conceituar o risco como algo com resultados especificamente negativos, não havendo nenhum tipo de oportunidade.

Por outro lado, o International Federation of Accountants (apud PADOVEZE e BERTOLUCCI, 2008) expõe que o risco era conceituado a partir de aspectos negativos no mundo dos negócios. No entanto, recentemente, os CEOs¹ reconheceram que o gerenciamento do risco gera valor sustentável para os acionistas. Nesta perspectiva, Padoveze (2009) diz que a terminologia internacional tem denominado a gestão de riscos como ERM (Enterprise Risk Management – Gerenciamento do Risco Corporativo), que tem como objetivo manter um processo sustentável de criação de valor, desenvolvendo um sistema de informação capaz de monitorar a exposição ao risco.

Ainda segundo Padoveze (2009), o conceito sistêmico da gestão de riscos pode ser explicado por duas áreas, que estão relacionadas com o ambiente interno e externo da organização. No ambiente interno o risco assume uma perspectiva de conformidade e no ambiente externo, assume uma perspectiva de desempenho. Desta forma, a gestão de riscos

¹ Chief executive officer

atua como intermediária nestas perspectivas, buscando monitorar oportunidades e minimizar riscos. A figura 1 ilustra as duas perspectivas descritas anteriormente.



Fonte: Padoveze, 2009, p. 136

Figura 1 - Conciliação de duas perspectivas

Já, para Oliveira e Pacheco (2005, p. 244-245) “gestão de risco é tomar providências hoje para garantir a sobrevivência do empreendimento no futuro, caso ocorra um cenário improvável, porém possível”. Portanto, assumir riscos é uma escolha da empresa, que exige a identificação, a mensuração e o controle dos riscos incorridos, contribuindo para a geração de valor na empresa. (MATIAS, 2007).

Portanto, a administração do risco é um processo de uso das empresas. Este processo é formado por três etapas que estabelecem uma análise, contribuindo na tomada de decisão. As três etapas compreendem: identificar os riscos enfrentados pela empresa; medir o impacto potencial de cada risco e decidir como cada risco relevante deveria ser tratado. Após a execução das etapas, o administrador será capaz de conhecer todos os riscos resultantes de seu negócio, podendo reduzi-los ou controlá-los (BRIGHAM e EHRHARDT, 2006). Com isso, Damodaram (2000) diz que o risco precisa ser mensurado, e de acordo com o tipo de risco, existem modelos que podem estimar risco e recompensa, facilitando a gestão das atividades.

2.3 Gestão de Custos

2.3.1 Gestão estratégica de custos

A análise de custos é vista normalmente como o processo de avaliação do impacto financeiro das decisões gerenciais. Já a gestão estratégica de custos é visualizada sob um ângulo mais amplo, onde os elementos estratégicos tornam-se mais conscientes, explícitos e formais. Nessa visão, os dados de custos são usados para desenvolver estratégias superiores a fim de obter vantagem competitiva resistente.

Leone (2000, p. 21) nos diz que “a contabilidade de custos é uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que recebe (ou obtém) dados, acumula-os de forma organizada, analisa-os e interpreta-os, produzindo informações de custos para os diversos níveis gerenciais”.

A contabilidade de custos diante de suas crescentes responsabilidades, coleta dados internos (próprios componentes administrativos e operacionais) e externos (concorrentes, governo, ambiente econômico-social), monetários e não monetários, porém quantitativos. Então, colhe-os, trabalha-os, organiza-os, combina-os e produz informações gerenciais de alta relevância. Nota-se que a contabilidade de custos é inter-relacionada com toda a empresa e seus derivados, os quais compõem sua estrutura funcional e objetiva, seus segmentos de distribuição, suas atividades especiais (transporte de funcionários, serviços médicos), seus

planos alternativos (influenciados pelo contador; como por exemplo, ter sua própria frota de caminhões), seus programas (de custos, treinamentos), e promoções (manter imagem da empresa).

Para cada um dos segmentos citados, deve haver a preocupação em estudá-los para adquirir capacidade de produzir informações gerenciais de custos mais úteis para os encarregados de cada setor. Leone (2000) transmite a idéia de que a condição básica para o progresso da contabilidade de custos é que a organização esteja bem definida, que suas atribuições sejam bem caracterizadas e identificadas através de centros de responsabilidade e que linhas de subordinação sejam visíveis. Os custos possuem importância vital para os negócios, pois afetam diretamente nos valores da empresa e na sua estrutura.

2.3.2 Métodos de custeio

As empresas buscam constantemente mecanismos, sistemas e procedimentos que venham contribuir para a melhora de resultados na gestão, com o propósito de competir no mercado com um nível de qualidade apto a continuidade de suas operações.

Tem-se atualmente que segundo Martins (2003) os métodos de custeamento mais utilizados são o custeio por absorção, o custeio baseado em atividades (*Activity - Based Costing* – ABC) e o custeio direto ou variável. Vejamos a seguir, cada um deles:

2.3.2.1 Custeio por Absorção

O custeio por absorção é considerado o mais tradicional, sendo o único sistema de custeio aceito no Brasil, para efeitos de estoques. Esse método de custeio apura um “resultado” do produto, mercadoria ou serviço (BEULKE e BERTÓ, 2001). Segundo Wernke (2001, p. 20), “o custeio por absorção atribui aos produtos todos os custos da área de fabricação, sejam esses definidos como custos diretos ou indiretos, ou como custos fixos ou variáveis”. No entanto, as despesas não compõem o resultado.

2.3.2.2 Custeio Baseado em Atividades (ABC)

O custeio ABC tem por objetivo principal direcionar o maior número possível de custos e despesas diretas (fixos ou variáveis) aos produtos, mercadorias ou serviços. O ABC focaliza as atividades organizacionais como elementos-chaves para análise do comportamento do custo e calcula o custo direto do produto.

Wernke (2001) transmite a idéia que: esse método analisa o comportamento dos custos por atividade, e estabelece relações entre as atividades e o consumo de recursos, independentemente das fronteiras departamentais. Seu objetivo é eliminar ou reduzir atividades que não agregam valor, diminuindo com isso custos, e adquirindo maior vantagem competitiva.

2.3.2.3 Custeio Direto ou Variável

O custeio direto tem por objetivo aplicar ao custo dos produtos somente os custos visíveis, então, os custos indiretos e fixos, são transferidos imediatamente para a apuração do resultado, classificados como despesas.

Conforme Beulke e Bertó (2001, p. 31), o custeio direto “apura uma margem de contribuição dos produtos, mercadorias ou serviços”. Está voltado ao mercado, considerando ser o preço de venda predominantemente sua função, além de ser bastante flexível, facilitando a estratégia de preços no que se refere à competitividade da empresa.

3 Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto pelo estudo, foi utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Malhotra (2006, p. 154) “a pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma de análise estatística”. Em relação ao objetivo listado, a pesquisa é de caráter descritivo. Segundo Hair et al (2005) os planos de pesquisa descritiva geralmente são estruturados e criados para mensurar características de uma questão de pesquisa. Os estudos descritivos são frequentemente confirmatórios e a coleta de dados pode envolver entrevistas ou questionários.

3.1 Procedimentos de coleta e análise dos dados

O instrumento de coleta escolhido pelo estudo foi um questionário auto-administrado entregue aos respondentes por meio eletrônico (e-mail). Conforme Marconi e Lakatos (2009), o questionário compreende um instrumento de coleta de dados primários, com uma série ordenada de perguntas, que podem ser respondidas sem a presença do entrevistador. É importante destacar que algumas questões foram adaptadas de um questionário utilizado por Moreira (2009) durante sua pesquisa sobre os riscos de mercado nas cooperativas agroindustriais.

A população escolhida pelo estudo foi baseada no cadastro das cooperativas agropecuárias disponibilizado pela FECOAGRO (Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul). Este cadastro é formado por cinquenta e oito cooperativas, sendo que cinquenta delas continuam ativas. Desta forma, os questionários foram enviados a esta população a fim de obter a amostra intencional a ser estudada.

Levando em consideração a análise dos dados, as questões quantitativas receberam tratamento estatístico, a partir de medidas de tendência central, como a média e também de medidas de dispersão, como o desvio padrão. Já, os dados qualitativos sofreram uma análise de conteúdo, destacando as palavras chaves que respondiam aos objetivos do estudo.

4 Análise dos Resultados

Como já mencionado anteriormente, as cooperativas estão atuando como agentes importantes dentro da economia nacional, sendo que o ramo agropecuário é um dos que mais cresce, principalmente quando se refere a sua produtividade. Desta maneira, o estudo buscou analisar, dentro das cooperativas agropecuárias, como se dá a gestão de riscos e a gestão de custos. Assim, foram enviados questionários para a população definida. Nota-se que sete cooperativas responderam ao questionário elaborado, representando 14% do total.

Neste sentido, em um primeiro momento, buscou-se caracterizar as cooperativas respondentes, através das variáveis de identificação do questionário: localização, segmento de atuação, número de unidades produtivas e serviços prestados aos associados. Em relação à localização, adotou-se como critério, a classificação de mesorregiões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Assim, percebe-se que das sete cooperativas respondentes, duas estão localizadas na mesorregião noroeste do estado. Mais duas cooperativas estão localizadas na mesorregião nordeste do Rio Grande do Sul. As demais se localizam em mesorregiões distintas, sendo elas: sudeste, sudoeste e centro-ocidental.

Tendo em vista o segmento de atuação, foi possível verificar que a maioria das cooperativas atua no setor agropecuário, principalmente com o recebimento, armazenagem, industrialização, beneficiamento e comercialização de grãos. Porém, duas das cooperativas respondentes dizem atuar no ramo da vitivinicultura, produzindo diversos tipos de vinhos.

Posteriormente, o estudo buscou constatar a amplitude da atuação das cooperativas, verificando como as mesmas estão inseridas nas regiões. Para isso, as cooperativas foram indagadas sobre o número de unidades produtivas. Verificou-se que apenas uma das respondentes não possui mais de uma unidade produtiva. As demais dizem contar com diversas unidades de produção, que estão localizadas ao longo das regiões de atuação das suas matrizes. Uma das cooperativas ressalta que possui dezoito unidades, que estão sediadas em vinte e um municípios gaúchos. Portanto, nota-se que na medida em que as cooperativas vão se expandindo, acabam gerando ainda mais benefícios, como aumento de empregos e consequente aumento da renda.

Para encerrar a caracterização das cooperativas, o estudo analisou os principais serviços oferecidos aos associados. Observou-se uma diversidade de serviços, o que demonstra que as cooperativas contribuem para o crescimento e fortalecimento da sociedade, pois investem no capital humano. Os principais serviços destacados pelas respondentes compreendem: recebimento, armazenagem, industrialização e comercialização de grãos; supermercados, mini mercados e atacados; compra, venda e financiamento de insumos; serviços e produtos veterinários; assistência técnica e social; classificação de sementes; lojas de implementos agrícolas e peças automotivas; e convênios de saúde. Por isso, conclui-se que as cooperativas estão investindo em seus associados, gerando diversos benefícios. Assim, para manter essa gama de serviços, as cooperativas precisam de uma gestão eficiente, longe de riscos, incertezas e endividamentos. Com isso, o presente estudo buscou analisar estes fatores, observando se as cooperativas possuem uma administração eficaz.

4.1 Análise da Gestão de Riscos

Para analisar a gestão de riscos nas cooperativas agropecuárias, o questionário destacava quatro variáveis, que estavam distribuídas através de uma escala intervalar de cinco pontos. Com a coleta dos resultados destas variáveis, aplicou-se algumas técnicas estatísticas e a partir de uma análise descritiva, observou-se as médias e os seus respectivos desvios. As variáveis e seus resultados são expressos no quadro 1, que se encontra logo abaixo.

Minha Cooperativa...	Média	Desvio Padrão
Considera que uma maior exposição ao risco, como novos investimentos, pode resultar em vantagem competitiva.	3,57	1,13
Assume mais riscos financeiros do que outras cooperativas (ex: diversificação de investimentos, financiamento das atividades com capital de terceiros).	3,00	1,15
Geralmente é muito cuidadosa em aceitar novas idéias, tecnologias e inovações (ex: novas tecnologias de informação, novas práticas gerenciais).	3,86	0,37
Em situações que apresentam novas oportunidades de crescimento, prefere não correr riscos se houver possível instabilidade no faturamento.	3,00	1,29

Fonte: Os autores

Quadro 1 - Gestão de Riscos

Com base nos dados observados no quadro acima, verifica-se que as médias mantiveram-se em um mesmo patamar, que diante da escala se referem à relação indiferente – concordo. O desvio padrão das variáveis também se mostrou em um patamar equilibrado, com exceção da terceira variável.

Visando obter uma análise mais aprofundada dos dados que estão ilustrados, o estudo realizou a análise individual de cada variável que segue logo abaixo. A primeira variável buscava identificar a percepção das cooperativas em relação a o gerenciamento dos riscos e a possibilidade de vantagem competitiva com a adoção desta ferramenta. Nota-se que as cooperativas assumiram uma posição de indiferente a concordo, pois a média desta variável foi de 3,57. Porém, o desvio padrão mostrou-se relativamente alto, sendo de 1,13. Com isso, conclui-se uma variabilidade de opiniões, apontando que algumas cooperativas estão situadas entre os extremos da média, ou seja, discordam ou concordam totalmente. De modo geral, as cooperativas parecem entender que uma maior exposição ao risco pode gerar vantagem competitiva, pois leva a cooperativa a realizar novos investimentos.

Prosseguindo, tem-se a análise da segunda variável que tinha como principal objetivo mensurar o grau de risco financeiro que as cooperativas agropecuárias estão expostas. Verifica-se que a média desta variável (3,00) afirma uma posição de indiferença. Assim, pode-se concluir duas posições: ou as cooperativas não conhecem o grau de risco financeiro a que estão expostas, ou não conhecem o perfil de seus concorrentes e sua trajetória no mercado. Porém, vale destacar que o desvio padrão desta variável também se apresentou alto, gerando novamente uma variabilidade de opiniões.

A terceira variável estava relacionada com o comportamento das cooperativas diante do risco. Através desta variável, pode-se observar se as cooperativas possuem um comportamento mais tendente, indiferente ou avesso ao risco, focando na realização de novos investimentos. Percebeu-se que a média indicada pelas cooperativas assinalou 3,86 que corresponde a uma posição de concordo a concordo totalmente, e que é o ponto máximo da escala. Nesta variável o desvio padrão apresentou-se baixo (0,37) afirmando a opinião destacada pela média. Com isso, o resultado nos mostra que as cooperativas têm um comportamento bastante avesso ao risco, pois afirmaram ser muito cuidadosas no momento de investir. Algumas vezes este comportamento avesso pode prejudicar a gestão da cooperativa, que deixa de expandir o seu negócio por medo de perder as suas sobras, ou até mesmo por decisão dos associados, que muitas vezes não conhecem a dinâmica de mercado.

Por tudo isto, a última variável identificou o comportamento das cooperativas diante do risco e da instabilidade do faturamento. Mostraram uma posição indiferente, com média de 3,00 e desvio padrão de 1,29, que demonstra mais uma variabilidade de opiniões.

Em suma, as cooperativas não conseguiram expor especificamente o seu comportamento em relação à gestão de riscos. O que se percebe é que demonstram um comportamento mais conservador quando se trata de novos investimentos e oportunidades de crescimento. Esta postura pode impedir o crescimento da cooperativa, que pode acabar se tornando obsoleta, tanto em materiais como em processos.

4.2 Gestão de Custos

Para conhecer a estrutura da gestão de custos das cooperativas agropecuárias respondentes, o estudo selecionou cinco variáveis, que tinham como objetivo indagar sobre o controle de custos, os controles gerenciais e os sistemas de custeio utilizados. Assim, a primeira variável questionava se as cooperativas possuíam algum controle de custos. Das sete cooperativas participantes, seis afirmaram que possuem controle de custos. A cooperativa restante não assinalou nenhuma das alternativas. Para complementar a análise da questão, as cooperativas podiam descrever o tipo de controle existente. Com isso, percebe-se que os tipos de controles destacados foram: gastos por natureza e centro de custos, gastos por atividades, análise das margens de contribuição, confrontação de gastos com demonstrativos contábeis e sistema integrado com a contabilidade, que apura os custos mais relevantes.

O próximo questionamento, indagava sobre os principais controles gerenciais adotados pelas cooperativas. Esta pergunta era de múltipla escolha, sendo os resultados expressos na tabela 1.

Tabela 1 – Controles Gerenciais

Controle	Nº de Cooperativas	Percentual
Contabilidade de Custos	06	85,7%
Contabilidade Gerencial	06	85,7%
Fluxo de Caixa	06	85,7%
Orçamento	06	85,7%
*Outros	02	28,5%

Fonte: Os autores

*SADIG – Geração de Relatórios

*SIG – Sistema de Informações Gerenciais

Observando a tabela, identifica-se que além do controle de custos, as cooperativas utilizam em sua gestão, diversas outras ferramentas gerenciais, como a contabilidade gerencial, o fluxo de caixa e o orçamento. Isto é um ponto bastante positivo, pois mostra que as cooperativas estão preocupadas com sua eficiência em relação a estrutura de custos e estão buscando maneiras de melhor controlá-los.

Em um último momento, e ainda dentro da perspectiva da gestão de custos, as organizações cooperativas foram questionadas sobre os métodos de custeio que são adotados por elas. Das sete cooperativas participantes do estudo, seis afirmaram utilizar pelo menos um método de custeio em sua gestão. No entanto, uma das cooperativas não assinalou nenhuma alternativa, não sendo possível analisar seu perfil. Após afirmarem ou não a utilização de um método de custos, as cooperativas poderiam descrevê-lo, para enriquecer a análise do pesquisador. Porém, somente quatro cooperativas descreveram o método utilizado. Dentre estas seis, duas utilizam o custeio por absorção; uma utiliza o custeio por atividades, mais conhecido como ABC e por fim, uma cooperativa ressalta que o método foi criado pela organização e é integrado diretamente com a contabilidade, apurando diretamente os custos. Assim, esta última cooperativa não mostrou uma definição exata do tipo de método e sistema que usa para mapear os custos, sendo difícil aliar esta resposta a teoria existente. Em relação as outras cooperativas, pode-se dizer que estão utilizando sistemas reconhecidos no mundo empresarial, que podem resultar em credibilidade e eficiência nos processos.

Nesta perspectiva, Dubois, Kulpa e Souza (2008, p. 126) dizem que o custeio por absorção ou custeio integral “é um método de custeio que consiste na alocação de todos os custos (diretos e indiretos) em cada fase de produção”. No Brasil, este método é adotado pela legislação comercial e fiscal, sendo o único método de custeio aceito pela Contabilidade Financeira. Já, o custeio ABC trata-se de uma metodologia desenvolvida para facilitar a análise estratégica de custos relacionados com as atividades que mais impactam o consumo de recursos de uma empresa (NAKAGAWA, 2008).

5 Considerações Finais

O cooperativismo é um tema bastante importante, onde são criados laços de cooperação que visam alcançar um objetivo comum. Além disso, o sistema cooperativista proporciona troca de conhecimentos e informações entre a cooperativa e seus associados, promovendo um desenvolvimento de ambos os agentes.

Em contrapartida, para que o cooperativismo possa ser um dos elementos propulsores do desenvolvimento nacional, as cooperativas necessitam de um gerenciamento competente, que controle os riscos do negócio, reduza os custos e respeite as condições e recursos que

cada cooperado possui. Com isso, as cooperativas podem aperfeiçoar sua gestão, tornando-se mais competitivas e aptas para enfrentar os desafios impostos pelos mercados. Dentre esses desafios, podemos destacar o equilíbrio entre o aspecto econômico e o aspecto social, além da excessiva dependência de recursos de terceiros (GIMENES e GIMENES, 2007).

Neste entendimento, o presente estudo buscou analisar como está estruturada a gestão de riscos e a gestão de custos das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, podendo caracterizar estas organizações, que possuem uma administração bastante peculiar e robusta.

Destarte, notou-se que as cooperativas ainda não têm um esclarecimento sobre a gestão de riscos e apresentam um comportamento conservador, que pode impedir o seu desenvolvimento em um mercado amplamente competitivo. Talvez este seja um ponto bastante importante e que poderá ser estudado mais profundamente, contribuindo para a propulsão do cooperativismo gaúcho. Em relação a gestão de custos, as cooperativas mostram-se mais cientes da importância de controlar seus custos. Percebe-se que estão adotando métodos de custeio e diversos controles gerenciais, que contribuem na tomada de decisão do administrador rural.

Por fim, este estudo é uma análise preliminar da situação das cooperativas agropecuárias em relação a gestão de riscos e gestão dos controles de custos. Devido à importância do tema torna-se necessário o surgimento no meio acadêmico de mais estudos sobre o assunto.

6 Referências

ÁLVERES, P. Cooperativismo: a força da união. **Revista Brasileira de Administração**, n. 60, set/out de 2007.

BERNSTEIN, P. L. **Desafio aos Deuses: a fascinante história do risco**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BEULKE, R.; BERTÓ, D. J. **Estrutura e Análise de Custos**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Agronegócio Cooperativo**. In: BATALHA, M. O. (Coord). **Gestão Agroindustrial**. 3 ed. São Paulo, v. 1, Atlas, 2008.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 16 jul. 2009.

BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. **Administração Financeira: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

CRÚZIO, H.O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. (Coleção FGV Prática).

DAMODARAM, A. **Modelos de Risco**. In: BERNSTEIN, P.L.; DAMODARAM, A. (Org). **Administração de Investimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

DUBOIS, A.; KULPA, L.; SOUZA, L.E. **Gestão de custos e formação de preços**. São Paulo: Atlas, 2008.

ELLIS, C.D. A composição do investimento. In: BERNSTEIN, P.L.; DAMODARAN, A. (Org). **Administração de Investimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FECOAGRO/RS. **Cadastro das Cooperativas**. Disponível em: <<http://www.redeagro.com.br/sig/home/modulo.textos.php?link=11>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. **Agronegócio Cooperativo: a transição e os desafios da competitividade**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, nº 2, p. 92-108 mai/ago. 2007.

HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área Territorial Oficial**. Divisão Territorial Brasileira. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/> Acesso em: 22 abr. 2010.

KRITZMAN, M. Risco e utilidade: o básico. In: BERNSTEIN, P.L.; DAMODARAN, A. (Org). **Administração de Investimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

LEONE, G. S. G. **Custos: Planejamento, Implantação e Controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCHETTI, V. **Risco e Decisão em Investimento Produtivo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. Contabilidade de Custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, A. B. **Finanças Corporativas de Longo Prazo: criação de valor com sustentabilidade financeira**. São Paulo, v. 2, Atlas, 2007.

MOREIRA, V. R. **Gestão dos Riscos do Agronegócio no Contexto Cooperativista**. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

NAKAGAWA, M. **ABC Custeio Baseado em Atividades**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. **Elementos de Gestão na produção rural**. In:

BATALHA, M. O. (Coord). **Gestão Agroindustrial**. 3 ed. São Paulo, v. 1, Atlas, 2008.

OLIVEIRA, G.A.; PACHECO, M.M. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2005.

PADOVEZE, C.L. **Controladoria Estratégica e Operacional**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PADOVEZE, C.L.; BERTOLUCCI, R.G. **Gerenciamento do Risco Corporativo em Controladoria**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PEREIRA, A.C. Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras: ensaio de abordagem social. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 6, n. 1. Minas Gerais, 1995. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/60/56>>. acesso em: 15 set. 2009.

PERIUS, V. **Cooperativismo supera a crise mundial**. In: Jornal O Interior: jornal do Cooperativismo Gaúcho. ano 37, nº 1009, jan. 2010.

SENA, A. **O cooperativismo ao alcance de todos**. In: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Artigos, 2009. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/servicos/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=6872> acesso em: 27 set. 2009.

_____. **Cooperativismo nasceu para todos**. In: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Artigos, 2009. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/servicos/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=6351> acesso em: 27 set. 2009.

SESCOOP. Jornal O Interior: jornal do Cooperativismo Gaúcho. ano 37, nº 1009, jan. 2010.

TURRA, F.R.; SANTOS, F.E.G.; COLTURATO, L.C. **Associações e Cooperativas**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.uov.com.br/biblioteca_arquivos/Curso48-12.pdf> acesso em: 17 de out. 2009.

WERNKE, Rodney. **Gestão de Custos: Uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

ZYLBERSZTAJN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. Série Working Paper 02/17 – FEA – USP, São Paulo, 2002. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/wpapers> acesso em: 17 out. 2009.